

John Charles Chasteen

América Latina

UMA HISTÓRIA DE SANGUE E FOGO





MAES DA PLAZA DE MAYO. Fotografia de Enrique Shore, Woodfin Camp and Associates Inc. A devolução dos *niños desaparecidos* (crianças desaparecidas) é o que essas manifestantes de Buenos Aires exigiram, dia após dia, em frente ao palácio presidencial na década de 1980. Carregando faixas e cartazes com fotos dos filhos que queriam de volta vivos, as corajosas mães tiveram muitas vezes de se conformar com notícias do seqüestro e assassinato de suas crianças pelos militares argentinos durante a "guerra suja" contra os guerrilheiros marxistas denominados Montoneros.

Depois que a Revolução Cubana explodiu como fogos no céu noturno, um farol de esperança para alguns e um sinal de perigo para outros, a Guerra Fria chegou na América Latina com força total. O governo cubano fez o que pôde (não muito, oferecendo treinamento, mas raramente dinheiro ou armas) para ajudar os revolucionários marxistas nos outros países da região. A Rússia soviética nunca desempenhou um papel importante fora de Cuba. Mesmo assim, o Departamento de Estado norte-americano via qualquer movimento revolucionário marxista como uma força aliada dos soviéticos. A estratégia norte-americana encorajou uma violenta reação contra-revolucionária que se espalhou pela região nas décadas de 1960 e 1970.

Sem dúvida, o marxismo e o exemplo cubano foram muito influentes; isso não foi invenção do Departamento de Estado norte-americano. Além disso, os marxistas latino-americanos acreditavam que a Rússia soviética estava do seu lado. Mas imagens da União Soviética não eram muito exploradas pelo marxismo latino-americano. Quase nunca os revolucionários marxistas da América Latina se organizavam instigados pelos russos ou dependiam da ajuda russa, e muito menos operavam sob instruções russas. Simplesmente não havia na América Latina forças guerrilheiras aliadas dos soviéticos equivalentes àquelas criadas pelo governo norte-americano. O nacionalismo permanecia a base do sentimento revolucionário para todos, exceto uns poucos internacionalistas como Che Guevara. Entre a maioria dos revolucionários latino-americanos daquele período, aceitar o marxismo significava basicamente ficar

do lado das massas fracas e destituídas contra a minoria rica e as empresas multinacionais norte-americanas.

Do outro lado ficaram aqueles que achavam que revolução significava desastre. Latino-americanos adotaram essa posição por várias razões. A classe superior e grande parte da classe média eram logicamente anticomunistas porque temiam perder seu status privilegiado. Mas as redes de clientelismo tradicionais envolveram muitas pessoas pobres na causa anticomunista também. Às vezes, os anticomunistas tachavam com sucesso as idéias marxistas de estranhas à América Latina, exagerando as ligações internacionais dos movimentos revolucionários. Afinal, o marxismo, como o liberalismo no início do século XIX, realmente *era* uma ideologia importada. Por que pessoas pobres e culturalmente conservadoras — tão comuns na América Latina, especialmente no campo — haveriam de achar que os estudantes universitários radicais falavam por elas?

DOCTRINA DA SEGURANÇA NACIONAL

Os mais importantes aliados anticomunistas dos Estados Unidos foram, de longe, as forças armadas da América Latina. A aliança operacional entre os militares norte-americanos e as forças armadas latino-americanas, iniciada na Segunda Guerra Mundial, tornara-se uma aliança explicitamente anticomunista após a guerra. Ela envolvia a ajuda militar norte-americana permanente e em grande escala aos exércitos latino-americanos, bem como treinamento na academia militar norte-americana School of the Americas, cujo currículo básico resumia-se à contra-insurgência (como combater guerrilheiros). Eis a lógica geral da aliança anticomunista, às vezes denominada “doutrina da segurança nacional”: as forças armadas latino-americanas são aliados-chave dos Estados Unidos na defesa do “Mundo Livre”, e a contra-insurgência constitui seu papel especial. Os poderes naval e aéreo estratégicos dos Estados Unidos deterão quaisquer invasores comunistas de fora do hemisfério. Os exércitos latino-americanos, por sua vez, devem voltar suas armas para dentro contra “os inimigos internos da liberdade”: agitadores revolucionários em fábricas, bairros pobres e universidades.

É fácil ver o que motivava os generais latino-americanos em sua aliança com os militares norte-americanos. A aliança com os Estados Unidos aumentava o poder dos exércitos latino-americanos dentro de seus próprios países. Além disso, a doutrina da segurança nacional oferecia uma missão gloriosa: defender o “Mundo Livre” ou mesmo a “Civilização Ocidental”, e essa missão lhes valeu amigos ricos e poderosos como um benefício extra.

A criação das alianças militares foi complementada, na década de 1960, por uma nova política de ajuda norte-americana. Em uma clara reação à Revolução Cubana, o presidente norte-americano John F. Kennedy anunciou — tardiamente, em 1961 — uma espécie de Plano Marshall para a América Latina, que se chamaria Aliança para o Progresso. A premissa básica da Aliança para o Progresso era a mesma do Plano Marshall: reduzir as pressões revolucionárias, estimulando o desenvolvimento econômico e a reforma política. “Aqueles que tornam a reforma impossível tornarão a revolução inevitável”, declarou Kennedy, em referência ao perigo comunista na América Latina. A ajuda norte-americana à América Latina aumentou. Mas promover mudanças substanciais em sociedades inteiras é mais difícil, e muito mais caro, do que fornecer armas e treinamento de contra-insurgência. A Aliança para o Progresso rapidamente perdeu o ímpeto. Na década de 1970, os generais latino-americanos acreditavam que a região sucumbiria à revolução socialista se eles não evitassem.

Para os oficiais militares embebidos na doutrina da segurança nacional, a Revolução Cubana representara uma chamada aos postos de batalha e, em sua visão, a situação ficou ainda mais crítica durante a década de 1960. *Slogans* revolucionários pichados com tinta *spray* pareciam cobrir todos os muros disponíveis. O marxismo estava se tornando a filosofia política predominante entre artistas, cientistas sociais e intelectuais nacionalistas latino-americanos em geral. O Cinema Novo dos anos 1960 do Brasil e outros países era aclamado pela crítica, com filmes corajosos que pretendiam, segundo um cineasta, “conscientizar o povo de sua própria miséria”. A nova indústria cinematográfica da revolucionária Cuba logo se tornou uma das melhores e mais influentes da América Latina. A voga do pensamento marxista fazia-se sentir com intensidade especial nas universidades públicas. Um *boom* de romances tornara a literatura latino-americana famosa no mundo inteiro e seus prestigiosos escritores eram porta-vozes da revolução. O colombiano Gabriel García Márquez, por exemplo, viajava com frequência para Cuba e era grande amigo de Fidel Castro. O romance de Gabriel García Márquez *Cem Anos de Solidão* (1967), possivelmente o romance latino-americano mais conhecido do século XX, culmina em um massacre, à medida que metralhadoras do governo abrem fogo contra multidões de trabalhadores em greve contra uma empresa de bananas norte-americana. (O evento real, envolvendo a United Fruit Company, ocorreu em 1928 perto da casa do autor colombiano.) Outros autores do *boom*, como Carlos Fuentes, do México, e Mario Vargas Llosa, do Peru, compartilhavam a admiração geral pela

revolucionária Cuba na década de 1960. Mesmo a Igreja Católica, por longo tempo um pilar da tradição e hierarquia, desenvolveu uma ala dissidente que se alinhou com os revolucionários, como vimos. Quando as rádios tocavam a canção dos Beatles *"Back in the U.S.S.R."* ("De volta à União Soviética", cuja letra diz: "Você não imagina quão feliz você é"), mesmo a contracultura jovem parecia, aos olhos dos militares, conspirar contra a segurança nacional.

Talvez uma "mentalidade de cerco" explique a horrível violência cometida da década de 1960 à de 1980 pelos militares latino-americanos contra seus "inimigos internos". Qualquer que seja a explicação, generalizou-se o emprego pelos militares de seqüestros secretos, tortura e assassinato como técnicas de contra-insurgência. Com o "Mundo Livre" dependendo deles para combater a "onda vermelha", os militares latino-americanos visavam qualquer um suspeito de simpatizar com os guerrilheiros: estudantes que protestavam, líderes sindicais, organizadores de camponeses, capturando-os nas ruas e "desaparecendo" com eles para sempre sem registro legal. "Isto é guerra", explicavam os generais. Eles alegavam que estavam fazendo o que deviam para derrotar os guerrilheiros comunistas. Na década de 1960, predominava a guerrilha urbana. Os guerrilheiros viviam e lutavam em grandes cidades, onde podiam ameaçar o governo, atacar quartéis-generais do exército ou seqüestrar e libertar em troca de resgate um industrial para financiar suas operações. Além disso, com seus inimigos literalmente do outro lado da esquina, os guerrilheiros urbanos eram extremamente vulneráveis. Sua única proteção era o sigilo. Para descobrir os aparelhos dos guerrilheiros, as forças de segurança latino-americanas submetiam os prisioneiros a uma variedade de horrores, inclusive estupros sucessivos no decorrer de semanas, choques elétricos nos mamilos e testículos, vendas permanentes nos olhos e tortura psicológica, como ser forçado a testemunhar a tortura da pessoa amada. Muitos na América Latina acreditam que tais técnicas eram ensinadas diretamente na School of the Americas norte-americana. Uma coisa é certa: a doutrina da segurança nacional cultivava o clima de emergência usado pelos torturadores para justificar seus atos.

A política norte-americana defendia a democracia, mas ajudava a desencadear ditaduras. A doutrina da segurança nacional encorajou as forças armadas latino-americanas a desempenhar um papel cada vez mais ativo na vida nacional, promovendo o desenvolvimento econômico e a saúde pública, por exemplo. À medida que adquiriam esse tipo de experiência, alguns oficiais passaram a ver a política civil como um obs-

táculo desnecessário. As liberdades civis (como o direito de denunciar a tortura) tolhiam a liberdade dos militares de esmagar seus inimigos por todos os meios necessários. Para salvar a democracia dos marxistas, os próprios generais a destruíram em uma série de golpes preventivos.

Comitês executivos compostos de generais e almirantes apoderaram-se do governo de um país latino-americano após o outro. Eles foram chamados de *juntas*, como os governos provisórios fundados na América espanhola depois que Napoleão aprisionou o rei da Espanha, em 1808. As juntas militares das décadas de 1960, 1970 e 1980 tentaram manter as coisas sob o controle coletivo e institucional, evitando a emergência de um Perón imprevisível. A natureza não-personalista das novas ditaduras militares levou os cientistas políticos a falarem de um "autoritarismo burocrático". Em meados da década de 1970, uma praga de autoritarismo burocrático assolava a América do Sul, governos civis constitucionais sobrevivendo apenas em poucos países.

REGIME MILITAR

O Brasil oferece um exemplo perfeito. Os líderes militares brasileiros, que lutaram ao lado das forças norte-americanas na Segunda Guerra Mundial, desfrutavam vínculos estreitos com os Estados Unidos. A reação norte-americana à Revolução Cubana pôs os militares brasileiros em alerta "vermelho" e os generais viram perigo em toda parte. Para seu desalento, até o presidente brasileiro, eleito em 1960 e que não tinha nada de revolucionário, concedeu uma medalha a Che Guevara em sinal de independência diplomática em relação aos Estados Unidos. O presidente acabou renunciando, mas seu vice-presidente, em visita à China "vermelha" na época da renúncia, parecia ainda pior aos olhos dos militares. Limitando seus poderes, eles observaram cada uma de suas ações.

Eles não gostaram do que viram. O novo presidente era João Goulart, um protegido político de Getúlio Vargas. Ministro do Trabalho no último governo Vargas, Goulart herdara a liderança sobre o eleitorado de Vargas, a coalizão populista das classes média e trabalhadora brasileiras. Mas a coalizão se desfizera após a Revolução Cubana, quando os apavorados eleitores de classe média deram uma guinada para a direita. Assim, Goulart redobrou seus apelos aos trabalhadores urbanos, sua retórica soando cada dia mais radical. Os investidores estrangeiros temiam expropriações. Em um clima de confronto político feroz e imprevisível, a economia paralisou completamente.

Enquanto isso, as Ligas Camponesas ávidas por terras do desesperadamente pobre Nordeste brasileiro passaram a admirar o modelo cubano, e os latifundiários brasileiros resolveram combater com unhas e dentes a reforma agrária. Os militares temiam que Goulart formasse uma nova coalizão revolucionária de trabalhadores e camponeses, capaz de esmagar qualquer resistência. Assim, com o conhecimento e colaboração do embaixador e do adido militar norte-americanos no Brasil, e com forças navais norte-americanas observando em alto-mar, os generais brasileiros se apoderaram do controle do país. O embaixador norte-americano interpretou o golpe como “a vitória individual mais decisiva da liberdade em meados do século XX”. Mas os militares brasileiros governaram antidemocraticamente por vinte anos após seu golpe de 1964.

O Brasil não tinha tradição de governo militar em si. Assim, os líderes militares preservaram cuidadosamente a aparência externa de governo constitucional. Se as leis atrapalhavam, eles decretavam uma mudança nas leis. Eles decretaram que seus inimigos ficariam privados dos direitos políticos por dez anos. Eles decretaram a existência de apenas dois partidos políticos, que, segundo a piada dos brasileiros, eram o partido do “Sim” e o do “Sim, senhor”. A oposição emergiu mesmo assim. Antes de dissolver o Congresso, um ato inconstitucional, os generais decretaram emendas que permitiram sua dissolução legal. Quando guerrilheiros urbanos se organizaram no final da década de 1960 e início da década de 1970, os militares os atacaram — e qualquer um em torno deles ou suspeito de apoiá-los — com “esquadrões da morte” não-uniformizados. Enquanto isso, eles mantinham arquivos meticulosos sobre os prisioneiros oficiais, que chegavam a registrar seus interrogatórios sob tortura. No final, um arcebispo simpatizante da teologia da libertação (e dos direitos humanos básicos) conseguiu compilar cópias desses arquivos para documentar os abusos dos militares.

Houve várias correntes entre os militares brasileiros. Os constitucionalistas moderados exerceram o controle de 1964 a 1967; porém, com o aumento dos protestos, os “linhas-duras” de inclinações mais ditatoriais assumiram o controle. A linha-dura dominou o governo de 1968 a 1974; depois, os protestos populares pararam temporariamente e o regime deu uma afrouxada. Além dos generais que seguiam os conselhos dos Estados Unidos, nacionalistas de direita falavam abertamente em transformar o Brasil em uma potência mundial. Os nacionalistas deram uma atenção especial a projetos de desenvolvimento e construção de estradas na bacia do Amazonas (por onde se estende a maior parte das fronteiras do Brasil), temendo que, sem isso, o país pudesse perder esse vasto território.

Os militares brasileiros também tinham um compromisso nacionalista com a industrialização. Eles perseguiram implacavelmente um novo nível de industrialização pesada: a fabricação de bens de consumo duráveis. Os protestos da classe média cessaram no início da década de 1970, em parte porque a economia começara a crescer explosivamente. Durante alguns anos, o governo falou orgulhosamente de um “milagre” econômico brasileiro. Houve sem dúvida crescimento, mas milagre, não. O governo militar criara condições para novas indústrias prosperarem à custa da maioria pobre do Brasil. Sem estarem ligados a uma coalizão populista ampla, os militares podiam manter baixos os salários e “desaparecer” com qualquer um que reclamasse. Eles podiam atrair capital internacional com um “clima seguro para investimentos estrangeiros”, ou seja, baixos salários, inexistência de greves, poucas restrições e nenhuma expropriação. E podiam canalizar recursos livremente para prioridades desenvolvimentistas como mineração, transportes, produção de aço e refino de petróleo.

As indústrias mais pesadas ocupavam menos a abundante mão-de-obra não-qualificada do Brasil e seus produtos visavam sobretudo o mercado de classe média. Portanto, a maior parte das pessoas no Brasil, onde a classe média é uma minoria, pouco ou nada se beneficiaram do “milagre” do início da década de 1970. A política econômica dos militares colocou mais dinheiro e crédito *não* nas mãos de quem mais precisava, os pobres, e sim das pessoas mais abastadas, propensas a comprar carros, aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos. A metade subnutrida do país obteve apenas um décimo dos ganhos de renda entre 1964 e 1974. A maior parte desses ganhos beneficiou o décimo mais rico da sociedade brasileira. Que milagre! O bolo teria de crescer, alegavam os generais, para poder ser dividido. Mas eles, na verdade, não tinham nenhum plano para distribuir essa prosperidade. Pelo contrário, eles perseguiram sua visão da grandeza brasileira construindo algumas das usinas hidrelétricas maiores e mais devastadoras do meio ambiente do mundo, além de rodovias, pontes e aeroportos.

Até que o milagre acabou. O preço do petróleo vinha subindo acen-
tuadamente desde o início da década de 1970, e o Brasil era um grande importador desse combustível. Durante algum tempo, os lucros repentinos com o petróleo, os denominados petrodólares, fluíram dos países ricos em petróleo, como a Arábia Saudita e o Iraque, para bancos internacionais e, de lá, em forma de empréstimos a juros baixos e de curto prazo, para países pobres em petróleo como o Brasil. O governo militar brasileiro contraiu empréstimos de bilhões de petrodólares para susten-

tar seu impulso desenvolvimentista. Ele também contraiu empréstimos de petrodólares para importar o caro petróleo, em um círculo vicioso. (Uma reação mais criativa foi o programa para transformar o álcool de cana em combustível de automóveis, combustível que acabou acionando de um quarto a um terço dos veículos motorizados brasileiros.) Até que, no final da década de 1970, o “segundo sapato caiu” quando as taxas de juros internacionais subiram drasticamente. A dívida externa do Brasil disparou. No início da década de 1980, o Brasil possuía a maior dívida externa do mundo.

As indústrias brasileiras produziam agora automóveis, ônibus e caminhões com componentes cem por cento brasileiros. Porém, quando o valor das exportações de manufaturados brasileiros superou o valor das exportações de café, no início da década de 1970, esse momento histórico para os sonhos nacionalistas econômicos deveu-se em parte ao fato de tantos brasileiros não conseguirem comprar os itens exportados. Ironicamente, o Brasil, com metade da população subnutrida, tornara-se um dos maiores exportadores de alimentos do mundo. No início de 1978, numerosas greves de trabalhadores em São Paulo, o coração industrial do país, anunciaram o ressurgimento da oposição popular às políticas sociais regressivas dos militares. Após salvarem o Brasil da “ameaça cubana”, bem no início, os militares haviam usado o crescimento econômico para justificar seu prolongado governo autoritário. Agora, no início da década de 1980, com uma crise econômica e um despertar da oposição, os militares estavam enfim prontos para retornar à caserna.

O legado do regime militar foi pior, bem pior, na Argentina e no Uruguai, palco de uma “guerra suja” travada pelas forças armadas contra a guerrilha urbana. A Argentina e o Uruguai não poderiam ser mais diferentes do Brasil, nessa época, em seu alto padrão de vida geral e suas taxas incomparáveis de alfabetização e expectativa de vida. Contudo, isso não os livrou da crise desencadeada pela Guerra Fria.

Enquanto, no início da década de 1960, os generais brasileiros temiam o que *poderia* acontecer se os trabalhadores industriais e os camponeses juntassem forças, os generais da Argentina temiam o que já *havia* acontecido: Perón. O líder exilado continuava dirigindo pessoalmente o agora proscrito movimento peronista e os trabalhadores industriais da Argentina ainda o veneravam. Perón nunca fora um marxista, mas durante a Guerra Fria qualquer movimento da classe trabalhadora parecia suspeito aos olhos anticomunistas. Alguns anos após expulsarem Perón, em 1955, os militares argentinos haviam se retirado e permitido a volta do governo civil; porém, sempre que permitiam que os peronistas concor-

ressem em eleições (1962, 1965), os militares voltavam correndo para anular uma vitória peronista. Até que, em 1966, dois anos após a tomada do poder pelos militares no Brasil, as forças armadas argentinas criaram sua própria versão de um Estado autoritário burocrático, com objetivos semelhantes: eliminar a ameaça revolucionária, manter baixos os salários e encorajar os investimentos externos. O governo militar argentino também repetiu a repressão anticomunista oficial do Brasil, mas com sinistra intensidade.

Não facilmente reprimíveis, os revolucionários argentinos tiravam força de sua herança peronista e de raízes socialistas e anarquistas mais profundas. Os militares argentinos, por sua vez, não se beneficiaram de um crescimento econômico comparável ao “milagre” brasileiro desses anos. Sem riquezas para distribuir, eles recorreram à força bruta. A manança começou no final da década de 1960 e se intensificou através da década de 1970, fazendo o histórico brasileiro de tortura e assassinato pelos militares parecer brincadeira de criança em comparação. Vários movimentos guerrilheiros marxistas obstinados — cujos membros muitas vezes eram jovens urbanos de classe média e com formação universitária — lutaram contra o governo militar argentino. Muitos Montoneros (os guerrilheiros mais conhecidos) vinham de famílias peronistas e ainda se consideravam peronistas, embora sua ideologia tivesse resvalado para a esquerda. Os militares reagiram com esquadrões da morte que provavelmente fizeram mais de vinte mil pessoas “desapareceram”, matando-as, após interrogatório e tortura, desfazendo-se secretamente de seus corpos e negando qualquer conhecimento do destino de suas vítimas.

Essa guerra suja prosseguiu mesmo depois que os militares enfim permitiram o retorno de Perón à Argentina, onde ele se tornou presidente em 1973. Doente e já quase com oitenta anos, o próprio Perón parecia agora menos perigoso do que os guerrilheiros supostamente peronistas. Infelizmente, ele morreu quase imediatamente. Sua segunda esposa, Isabel, uma ex-dançarina de cabaré tornada vice-presidente, assumiu o papel de Evita, como líder política por legítimo direito, mas faltava-lhe o mesmo carisma. O movimento peronista desmoronou e Isabel Perón foi substituída por um novo presidente militar em 1976. Agora as operações de contra-insurgência atingiram um paroxismo homicida, e os militares finalmente conseguiram exterminar seus inimigos guerrilheiros. Os generais anunciaram orgulhosamente o triunfo da “civilização judaico-cristã”, mas, com a economia argentina aos trancos e barrancos nos últimos vinte anos, somente a vitória do time argentino na Copa do Mundo de 1978 reforçou-lhes a popularidade. Encorajados pelo silêncio do gover-

no, a maioria dos argentinos procurou não tomar conhecimento da guerra suja.

Mas no final da década de 1970, mães carregando fotografias de seus filhos “desaparecidos” começaram a protestar na praça principal do centro de Buenos Aires, a Plaza de Mayo. Os militares acusaram-nas de loucas. Não querendo conhecer a pavorosa verdade, as pessoas desviavam o olhar. *Las Madres de la Plaza de Mayo*, como se tornaram conhecidas, não desistiram. Elas usavam lenços brancos na cabeça com o nome dos filhos desaparecidos bordado como um tipo de uniforme. Professoras, assistentes sociais, balconistas de meia-idade, desesperadas por fazer alguma coisa, qualquer coisa, elas se tornaram a consciência de uma nação, a prova viva da guerra secreta e suja dos militares. Os militares argentinos, que proclamavam sua missão de defender os valores tradicionais (como o respeito à maternidade), não puderam tocar em Las Madres de la Plaza de Mayo, embora as tachassem de *las locas*, “as mulheres loucas da Plaza”. Gradualmente, o mundo inteiro reconheceu e respeitou a verdade de suas acusações loucas. Isso não lhes trouxe os filhos de volta, mas foi alguma coisa.

Do outro lado do rio da Prata, no Uruguai, a repressão militar tomou um caminho semelhante. Ao contrário de seus colegas argentinos, os generais uruguaios não tinham de temer um movimento peronista. Comparado com a Argentina, no Uruguai reinara a tranquilidade desde a Segunda Guerra Mundial. Entre 1951 e 1966, os uruguaios chegaram a implementar a proposta anterior de Batlle de um comitê executivo, em vez da presidência de um só homem. Apesar dos problemas econômicos, os padrões de vida uruguaios continuavam despertando a inveja do hemisfério. Até que um grupo denominado Tupamaros tentou precipitar uma revolução, como Che tentara fazer na Bolívia.

Formado em 1964, o movimento de guerrilha urbana Tupamaro inspirou-se diretamente no exemplo da Revolução Cubana. Os Tupamaros reconheciam a ausência de condições revolucionárias no Uruguai. Não contando com a combustão espontânea, eles esperavam acender uma esperança, estabelecer um exemplo e atear uma conflagração maior nos países vizinhos. Os Tupamaros realizaram operações ousadas e brilhantemente planejadas, visando impressionar a opinião pública. Uma de suas ações mais brilhantes foi cavar um túnel até uma prisão para libertar companheiros capturados. Em 1967, o presidente uruguai declarou lei marcial para combater os Tupamaros. Os militares começaram uma gradual tomada do poder, completada em 1973. Eles então aniquilaram os Tupamaros, que, como guerrilheiros urbanos em um país com prati-

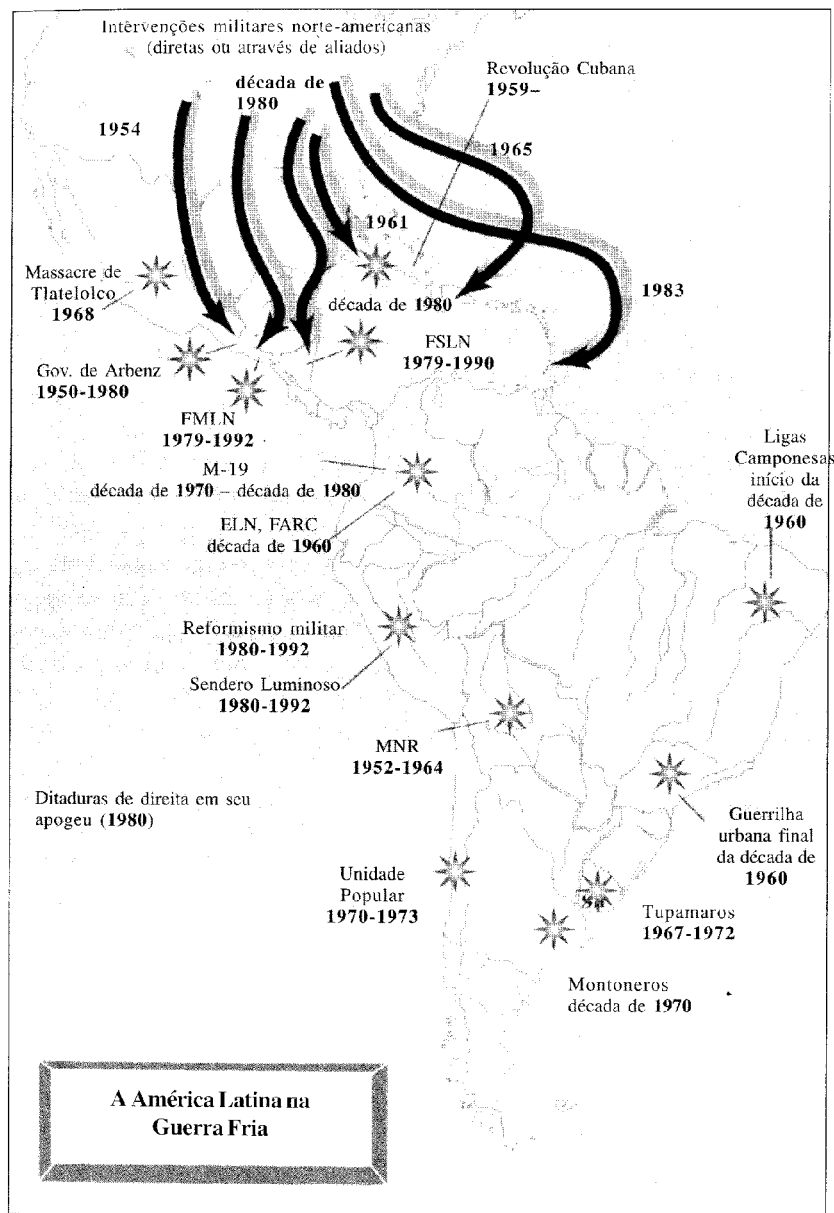
camente apenas uma cidade (Montevideu), foram rapidamente encurralados uma vez que a tortura abriu caminho para seus esconderijos. A escura cortina do autoritarismo burocrático desceu sobre essa sociedade antes privilegiada. No final da década de 1970, o Uruguai tinha mais prisioneiros políticos, em relação ao seu tamanho, do que qualquer outro país do mundo.

DITADURAS POR QUASE TODA PARTE

O triste destino do estável e democrático Uruguai mostra como a Guerra Fria devastou até países não propensos à insurreição ou ditadura. O Chile é o melhor exemplo. Nenhum outro país latino-americano conseguia igualar o histórico de governos constitucionais do Chile. Durante anos, a democracia chilena negociara as grandes diferenças ideológicas. O Partido Comunista Chileno era um dos mais antigos e fortes do hemisfério. Ele participara de coalizões eleitorais com vários outros partidos de esquerda desde a década de 1930. Era o tipo de Partido Comunista que frustrava Che Guevara, porque não defendia a revolução armada.

Na eleição presidencial chilena de 1958, uma coalizão socialista-comunista obteve quase um terço dos votos. Seu candidato foi Salvador Allende — à semelhança de Che, um médico marxista. Mas Allende não defendia a revolução armada. Ele estava comprometido com as tradições constitucionais chilenas. Na eleição de 1964, Allende voltou a concorrer e saiu-se ainda melhor, conquanto a CIA financiasse seu principal oponente. Alarmado com a popularidade de Allende, o Departamento de Estado norte-americano fez do Chile um modelo de seu programa de ajuda Aliança para o Progresso, mas em vão. Na eleição presidencial de 1970, Allende venceu. A coalizão denominada Unidade Popular obtivera agora sua chance constitucional de demonstrar o que entendia por “uma via chilena” para o socialismo.

Mas os sonhos ambiciosos de transformação social — nacionalização do cobre, carvão e aço chilenos, além da maioria dos bancos, sem mencionar a reforma agrária — eram maiores do que a força eleitoral da Unidade Popular. Allende vencera a eleição entre três candidatos com 36 por cento dos votos. Os dois derrotados, ambos mais conservadores do que Allende, obtiveram um total de 63 por cento e estavam agora mais ou menos unidos contra o governo da Unidade Popular. Os inimigos de Allende encontraram um poderoso aliado na CIA, que forneceu dinheiro para os candidatos opostos à Unidade Popular. A CIA adotou uma



“política firme e constante”, como dizia explicitamente uma diretiva da agência, “de que Allende seja derrubado por um golpe”. O Departamento de Estado norte-americano usou toda sua influência para estancar o crédito internacional ao governo de Allende. Enquanto a Unidade Popular impunha congelamentos de preços e aumentos de salários para melhorar os padrões de vida dos chilenos pobres, a inflação atingia os três dígitos. Os chilenos muito prósperos (industriais, advogados, médicos e arquitetos), bem com os moderadamente prósperos (lojistas e vários pequenos empresários, como os caminhoneiros independentes), combateram as iniciativas da Unidade Popular, às vezes apoiados pela CIA.

Nesse ínterim, o governo da Unidade Popular mantinha o forte apoio dos trabalhadores urbanos, cujas esperanças para o futuro haviam se renovado. Muitos partidários chegaram a achar a Unidade Popular tímida demais. Os trabalhadores passaram a assumir o controle de fábricas que o governo demorava a nacionalizar. Alguns preconizaram medidas fortes contra as organizações reacionárias. Mas Allende insistiu, como de hábito, em trabalhar dentro das limitações constitucionais. Ele tinha algumas razões para o otimismo. A expropriação da indústria do cobre desfrutara de ampla popularidade e, nas eleições intermediárias de 1971, a Unidade Popular obteve uma vitória inédita.

Até que os tanques do exército chileno tomaram de assalto as ruas, em setembro de 1973. Recusando uma passagem segura para fora do país, Allende foi para seu escritório, onde morreu atacado por suas próprias forças armadas. Na opinião dos “guerreiros da Guerra Fria” norte-americanos, essa foi mais uma vitória da democracia.

O golpe chileno acabou sendo o mais sangrento da história da América Latina. Milhares de partidários da Unidade Popular, de cantores folclóricos a organizadores dos camponeses e professores universitários, foram arrebanhados no estádio de futebol de Santiago, muitos para nunca mais reaparecerem, seus corpos atirados em covas coletivas secretas. Como no Brasil, Argentina e Uruguai, milhares caíram vítimas de um programa bem-organizado de tortura e assassinato oficiais, mas clandestinos. Fechando o Congresso, os militares governaram por decretos durante dezessete anos. Durante quase todo esse tempo, eles contaram com o apoio firme do Departamento de Estado norte-americano. A exceção foi a presidência de Jimmy Carter, que enfatizava os direitos humanos como um critério da política externa norte-americana. Embora ridicularizada como não-realista pelos guerreiros da Guerra Fria, a política de Carter definitivamente inibiu a ação sangrenta dos militares no Chile e na Argentina. Juntas militares em toda a América Latina respiraram aliviadas

quando Ronald Reagan, um notório guerreiro da Guerra Fria, assumiu a presidência em 1980.

A ditadura chilena foi basicamente um regime burocrático autoritário, exceto que o líder original do golpe de 1973, o general Augusto Pinochet, exerceu um papel de liderança sem paralelo no Brasil ou na Argentina. Infelizmente, o excepcional Chile tornara-se, dessa vez, o ápice da tendência latino-americana.

O Peru, por outro lado, constitui uma interessante variação sobre essa tendência, porque o governo militar não foi movido por uma reação anticomunista. Os oficiais peruanos anunciaram intenções revolucionárias explicitamente “não comunistas”, mas também “não-capitalistas”. Seu programa, que mostrava o desejo sincero de servir à maioria pobre do Peru, consistia na maior parte em um nacionalismo antiquado: uma reforma agrária realmente ambiciosa em um país com vastas propriedades rurais, nacionalização do petróleo e outras indústrias e temas indigenistas, como elevar o quíchua à posição formal de língua co-nacional com o espanhol. Outros aspectos, como a promoção de empresas de propriedade dos empregados, eram novidade. No todo, o governo militar do Peru, que durou de 1968 a 1980, foi difícil de categorizar em termos da Guerra Fria. Conquanto uma ditadura, não foi culpado por violações terríveis dos direitos humanos.

O governo revolucionário de Cuba, que expressou forte apoio ao regime peruano, teve as mesmas características nas décadas de 1970 e 1980. Ele permaneceu autoritário e o exército, por muito tempo chefiado pelo irmão de Fidel Castro, Raúl, constituiu um de seus principais pilares. Mas o Estado revolucionário trabalhou constantemente para melhorar as vidas da maioria pobre de Cuba e nunca cometeu as atrocidades tão típicas dos governos militares anticomunistas.

O México, por outro lado, resistiu totalmente à tendência militar. O marxismo influenciara uma geração de estudantes mexicanos tanto quanto em outros países. Mas o socialismo revolucionário não era novidade no México, de modo que sua reação anticomunista foi menos brutal, menos violenta. A retórica do PRI — oficialmente, um “partido revolucionário” — empregara intermitentemente temas socialistas durante décadas. Na década de 1930, o México vira uma reforma agrária real e a expropriação das principais indústrias de propriedade estrangeira. Por essa razão, o PRI preservou uma forte legitimidade revolucionária e, através de seu maciço clientelismo, manteve um firme controle sobre os trabalhadores industriais, a classe média urbana e a população rural. Sustentado por um *boom* do petróleo, o PRI pôde absorver qualquer desafio

nas décadas de 1960 e 1970. Seu único sinal de pânico momentâneo, quando o México se preparava para sediar os Jogos Olímpicos de 1968, foi um massacre de estudantes universitários que protestavam no bairro de Tlatelolco, na Cidade do México. Quanto aos generais mexicanos, eles não eram protagonistas políticos importantes desde décadas. E, nos Estados Unidos, advertências terríveis sobre o México “vermelho” já tinham meio século e não assustavam mais. Os governos norte-americanos desde muito tempo haviam aprendido a conviver com um México “revolucionário”.

AS ÚLTIMAS BATALHAS DA GUERRA FRIA: AMÉRICA CENTRAL

Em meados da década de 1970, a onda revolucionária perdera o ímpeto na América Latina. As ditaduras anticomunistas reacionárias, por sua vez, começaram a recuar. Os governos burocráticos autoritários desmoronaram no final da década de 1970 e início da década de 1980, devido aos próprios erros e excessos — a geração de dívidas colossais, hiperinflação — mas também porque suas cruzadas anticomunistas já haviam sido vitoriosas. Qual a desculpa, agora, para a ditadura? Na Argentina, o governo militar fez um lance desesperado pela glória nacionalista identificando um novo inimigo externo: a Grã-Bretanha. De início, os militares obtiveram grande apoio público por sua guerra de 1982 contra a Grã-Bretanha pelas ilhas Falkland, ou Malvinas. Mas o tiro saiu pela culatra com a rápida rendição dos mal equipados e mal treinados soldados argentinos. Não há maior desonra para governantes militares do que uma derrota militar. Em 1983, a Argentina teve eleições reais e mandou as forças armadas de volta aos quartéis.

O Uruguai obteve um presidente civil em 1984. O Brasil, em 1985. Peru, Equador e Bolívia já haviam retornado ao governo constitucional naquela época. Enquanto isso, revolucionários e reacionários da América Central travaram o que se revelou como sendo as últimas grandes batalhas dos trinta anos de Guerra Fria do hemisfério.

A América Central — com seus vulcões, florestas tropicais e rios com cascatas profundas — mal sentira a ISI. Todos os países da América Central dependiam fortemente da exportação de uns poucos produtos agrícolas, especialmente café e bananas. Suas populações eram de apenas poucos milhões e suas capitais tinham poucas centenas de milhares de habitantes. Na América Central, os trabalhadores e a classe média urbanos não haviam refreado o poder dos proprietários rurais, que ainda controlavam a riqueza nacional. Portanto, as oligarquias rurais ain-

da dominavam a América Central na década de 1970, meio século após sua derrubada por movimentos nacionalistas em outras partes. O destino do governo Arbenz na Guatemala, o primeiro grande campo de batalha hemisférico da Guerra Fria, revela outra barreira ao nacionalismo da América Central: o hábito das intervenções norte-americanas em “nosso quintal”. Durante os anos da Guerra Fria, a América Central foi assolada por tiranos gananciosos que contaram com o apoio norte-americano devido ao seu furioso anticomunismo.)

(O anticomunismo furioso caracterizava os governantes da Guatemala. Os guatemaltecos gemiam sob implacáveis governos militares ou controlados pelos militares desde 1954. Os proprietários rurais da Guatemala, bem como os de El Salvador, viviam com medo de grandes revoltas camponesas. Nas décadas de 1970 e 1980, as forças armadas guatemaltecas travaram uma guerra suja contra os grupos de guerrilha rural e os opositores urbanos, como estudantes ativistas e líderes sindicais. Para privar os guerrilheiros de apoio, os camponeses indígenas foram arrebanhados em novas aldeias “modelo”, verdadeiros campos de concentração rurais. “Conflito de baixa intensidade” foi o termo cunhado pelos estrategistas norte-americanos para tudo isso. O termo tinha lá sua lógica da perspectiva de uma escrivania do Pentágono, mas para as famílias dos estudantes universitários “desaparecidos”, cujos corpos surgiam em depósitos de lixo, ou para indígenas como Rigoberta Menchú, cuja mãe e irmão foram torturados e assassinados pelo exército guatemalteco, não faltava “intensidade” a esses conflitos.)

Rigoberta Menchú era uma mulher maia *quiché* cuja comunidade queria apenas plantar suas culturas e seguir seus costumes tradicionais. O pai de Rigoberta tornou-se um organizador de camponeses e seus irmãos aderiram aos guerrilheiros. A própria Rigoberta foi influenciada pela teologia da libertação e tornou-se uma porta-voz de seu povo. Em 1992, ela ganhou o Prêmio Nobel da Paz por chamar a atenção do mundo para as atrocidades da guerra suja da Guatemala. A história de sua vida, *Eu, Rigoberta Menchú* (1984), tornou-se uma leitura essencial para qualquer um interessado nos “conflitos de baixa intensidade” da Guerra Fria.) Mais tarde ficou provado que ela mesclara sua própria história com as de outras pessoas, mas ninguém poderia negar a existência dos horrores por ela descritos. O número de guatemaltecos mortos aproximou-se dos duzentos mil e os militares perpetraram 95 por cento das atrocidades, exatamente como mostra seu livro.

(Costa Rica, no outro extremo da América Central em todos os sentidos — geográfico, social e político — praticamente escapou do fogo cru-

zado da Guerra Fria. Por ter poucos habitantes indígenas antes da conquista — e, para sermos mais exatos, porque eles foram depois liquidados pelos conquistadores —, o mais branco dos países da América Central foi menos oprimido por hierarquias coloniais exploradoras. Consequentemente, também foi menos explosivo politicamente. Além disso, um dos presidentes mais inovadores da Costa Rica tomara a precaução de abolir o exército na década de 1940.

Entre os extremos geográficos e demográficos da América Central ficava a Nicarágua, terra do famoso antiimperialista César Augusto Sandino, cuja guerra de guerrilha contra os fuzileiros navais norte-americanos atraía a entusiástica atenção de nacionalistas em toda a América Latina na década de 1920. Desde a década de 1930, a Nicarágua vinha sendo governada por uma única família, os Somozas. Os Somozas personificavam os efeitos colaterais perversos do anticomunismo norte-americano na América Latina da Guerra Fria. A dinastia Somoza teve sua origem na intervenção norte-americana contra Sandino, quando o primeiro Somoza, Anastasio, cuja principal aptidão era falar bem inglês, comandava a Guarda Nacional nicaragüense. Somoza convidou Sandino para parlamentar, mandou que o assassinassem e, depois, usou a Guarda Nacional para dominar totalmente a Nicarágua. Vários Somozas governaram o país quase como uma propriedade particular da década de 1940 até a década de 1970.) Eles eram aliados ferrenhamente anticomunistas que também preservavam uma fachada democrática suficiente para satisfazer os diplomatas norte-americanos. Simbolicamente, a mansão dos Somoza ficava perto da embaixada norte-americana, em um morro com vista para Manágua, capital da Nicarágua. Segundo as más línguas, um túnel subterrâneo ligava os dois prédios. O filho de Anastasio Somoza, também Anastasio, que governou o país na década de 1970, formou-se pela academia militar West Point e chefiava a Guarda Nacional nicaragüense, treinada e equipada pelos Estados Unidos. Enquanto isso, a riqueza da família Somoza inchoou até incluir cerca de um quinto das melhores terras da Nicarágua, as linhas aéreas do país e outras dessas miudezas.

(Em 1961, um movimento revolucionário formado em Havana, mas inspirado também pelas fortes tradições antiimperialistas da Nicarágua, agia neste país. Como Cuba e México, a Nicarágua foi vítima por muito tempo do intervencionismo norte-americano, e o ressentimento nacionalista era profundo. Lembrando a luta antiimperialista anterior de Sandino, os revolucionários da década de 1960 denominaram-se Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Por quase duas décadas, os

sandinistas sozinhos resistiram contra os Somozas. Até que, em 1978, o ditador Anastasio Somoza passou dos limites, assassinando Joaquín Chamorro, editor de um jornal de oposição conservador. A morte de Chamorro uniu enfim nicaragüenses de esquerda e direita contra os Somoza. Uma rebelião generalizada teve início e os sandinistas veteranos assumiram a liderança. No final, a rebelião derrotou a Guarda Nacional, apesar de suas armas e treinamento. Somoza fugiu da Nicarágua para Miami. Seu destino ilustra as dimensões internacionais do conflito. Em busca de um exílio confortável, o impopular Somoza aceitou a hospitalidade do homem forte anticomunista do Paraguai, Alfredo Stroessner, um dos ditadores mais duráveis e repressivos do mundo. Mas mal Somoza desempacotara as malas em Assunção, guerrilheiros argentinos, que também o consideravam inimigo, localizaram-no e atiraram um foguete antitanque pelo pára-brisa de seu Mercedes-Benz à prova de balas.

Na Nicarágua, os sandinistas assumiram o poder, pondo de lado Violeta Chamorro, viúva do editor assassinado, que representava as tardias forças anti-Somoza de direita. Os sandinistas possuíam planos revolucionários não-negociáveis. Sua inspiração cubana refletiu-se em suas campanhas pela alfabetização plena e pela saúde pública. Centenas de professores, pessoal de saúde e engenheiros sanitários cubanos vieram dar ajuda. França, Espanha e Alemanha Ocidental também enviaram ajuda substancial. O presidente norte-americano Jimmy Carter também deu um apoio cauteloso, mas foi logo substituído por Ronald Reagan. Da perspectiva de Reagan, a Nicarágua não passava de uma casa de formato curioso no tabuleiro de xadrez da Guerra Fria. Enquanto os sandinistas se identificassem como amigos revolucionários de Cuba, nada mais importava. A linguagem de Guerra Fria de Reagan encontrou uma cópia invertida na retórica sandinista sobre o “flagelo da raça humana”, os Estados Unidos. O confronto era inevitável.

Após sua derrota em 1979, a fiel Guarda Nacional de Somoza reagrupou-se em Honduras sob a supervisão da CIA. O governo militar argentino, triunfante em sua guerra suja, enviou instrutores para essa nova força aliada dos Estados Unidos, denominada os Contras, de *contra*-revolucionários. No decorrer da década de 1980, os Contras atacaram a Nicarágua de bases em Honduras, junto à fronteira com a Nicarágua. Reagan chamou-os de “Combatentes da Liberdade” e apoiou-os irrestritamente. Honduras encheu-se de militares norte-americanos, depósitos de suprimentos e bases aéreas. Os Contras atraíram recrutas dentre nicaragüenses insatisfeitos com a revolução sandinista. Atacantes

Contras podiam causar destruição e tolher a economia, mas eles não conseguiram ocupar o território nicaragüense.

Mas a destruição foi suficiente. Os sandinistas tiveram que concentrar seu tempo e dinheiro na defesa. Forças norte-americanas minaram os portos da Nicarágua para impedir seu comércio com outros países. Gradualmente, a economia nicaragüense se desintegrou. Em 1988, a Nicarágua sofria uma inflação de cinco dígitos. Em 1990, os sandinistas perderam uma eleição em que tinham apostado tudo. Em uma derrota atordoante, o jovem líder guerrilheiro sandinista Daniel Ortega ficou em segundo lugar depois de Violeta Chamorro, a primeira mulher eleita presidente na América Latina. Na década de 1990, a Nicarágua permaneceu dividida, circunstância dramatizada pela própria família de Chamorro, que incluía vários proeminentes sandinistas, além de líderes da oposição. A certa altura, dois dos filhos de Chamorro editavam os dois principais jornais do país: o sandinista *Barricada* e o anti-sandinista *Prensa*.

A insurreição contra Somoza e, depois, a guerra dos Contras mataram dezenas de milhares de nicaragüenses. Em El Salvador foi pior. Como a Nicarágua sob os Somozas, o minúsculo El Salvador teve um governo anticomunista totalmente não-democrático nas décadas de 1960 e 1970. Se a Nicarágua tinha uma ditadura clássica, El Salvador tinha uma oligarquia igualmente clássica de proprietários rurais, denominada as “quatorze famílias” ou, às vezes, “as quarenta famílias”. O número exato importa menos do que o fato geral, em ambos os casos, do governo oligárquico de uma minoria.

A miséria dos pobres rurais tornara El Salvador uma panela de pressão social na década de 1970. Muito antes do café, a conquista e colonização espanholas empurraram os povos indígenas de El Salvador das terras agrícolas planas para as então indesejadas encostas vulcânicas, onde eles restabeleceram suas comunidades. Mas essas encostas férteis, uma vez dotadas de terraços, tornavam-se perfeitas para o café. Assim, com o início do cultivo do café na década de 1870, os futuros plantadores de café quiseram as encostas também. Reformas liberais privatizaram as terras comunitárias recém-valorizadas dos povos indígenas e, pouco a pouco, em transações justas e outras injustas, os plantadores de café as compraram. Os salvadorenhos indígenas tornaram-se peões agrícolas em propriedades que haviam outrora sido suas próprias terras. Os trabalhadores eram muitos — o minúsculo El Salvador estando entre as paisagens mais densamente povoadas das Américas — e os salários, baixos. Gradualmente, os pobres rurais começaram a morrer de fome. Du-

rante a década de 1920, o Partido Comunista Salvadorenho tornou-se um dos mais fortes da América Latina, mas sua tentativa de liderar uma grande insurreição foi selvagemmente esmagada no “Massacre de 1932”. Governos militares e controlados pelos militares se sucederam em El Salvador por quase meio século, todos fortemente anticomunistas e aliados dos Estados Unidos. Na década de 1960, El Salvador tornou-se uma vitrina da Aliança para o Progresso, mas as condições do campo pouco melhoraram.

Na década de 1970, a igreja salvadorenha passou a fazer a “opção preferencial pelos pobres” da teologia da libertação. De fato, a mais alta autoridade católica do país decidiu que o próprio anticomunismo era uma causa indigna. O arcebispo Oscar Romero era um homem tranqüilo, nomeado para encabeçar a igreja salvadorenha por parecer conservador ao Vaticano. Mas os esquadrões da morte anticomunistas fizeram-no mudar de idéia, ao visarem sacerdotes e freiras que trabalhavam junto aos pobres. “Seja um patriota, mate um sacerdote”, era o lema anticomunista. Indignado com o extermínio de seu clero e fiéis, o arcebispo manifestou-se contra o exército. Para os anticomunistas, tratou-se de perigosa heresia. Um dia, em 1980, um assassino político atirou no padre Romero em frente ao altar, enquanto ele celebrava a missa.

À semelhança da FSLN nicaragüense, os revolucionários salvadorenhos recorreram à história ao denominar seu movimento Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN). Farabundo Martí foi um herói martirizado da esquerda salvadorenha, um organizador comunista da insurreição indígena de 1932. Além disso, Martí lutara com Sandino na Nicarágua contra as forças norte-americanas. Na década de 1980, a FSLN procurou retribuir o favor ajudando a FMLN contra o exército salvadorenho apoiado pelos Estados Unidos. Mas os sandinistas, lutando para manter viva a revolução nicaragüense, puderam oferecer apenas umas poucas caixas de munição à FMLN. O governo Reagan aproveitou-se dessa ligação para anunciar que o comunismo estava se alastrando por contágio de Cuba para a Nicarágua e El Salvador. (Segundo essa visão, sem a influência de Cuba, jamais ocorreria aos famintos salvadorenhos se rebelarem. Os críticos da política de Reagan, por sua vez, falavam como se a FSLN, por alguma razão, jamais cogitasse em ajudar a FMLN. Nenhuma dessas versões captou a verdade exatamente.) O assassinato de quatro freiras norte-americanas pelos militares fez com que a questão de El Salvador repercutisse entre a opinião pública dos Estados Unidos. Os dólares dos impostos estariam financiando essas balas que matam sacerdotes e freiras em nome da democracia? A

oposição pública maciça à política norte-americana na América Latina, liderada especialmente por grupos religiosos, surgiu pela única vez na Guerra Fria.

Através da década de 1980, os guerrilheiros da FMLN controlaram grandes áreas do interior salvadorenho. Eles contavam com forte apoio, especialmente entre os camponeses das remotas áreas montanhosas ao longo da fronteira com Honduras. A FMLN dinamitava pontes e linhas de transmissão de força e cobrava “pedágio de guerra” dos veículos que viajassem por seu território. Mas ela não conseguiu derrotar o exército. Os militares salvadorenhos, por sua vez, contavam com treinamento e equipamento norte-americanos. Suas tropas viajavam de helicóptero ao território controlado pela guerrilha em missões de busca e destruição. Elas subiam as encostas de vulcões procurando unidades da FMLN perto da capital. Às vezes, quando achava que não havia ninguém observando, o exército conduzia execuções em massa de camponeses suspeitos de ajudar os guerrilheiros. Um dia, em 1981, por exemplo, um batalhão de elite treinado nos Estados Unidos entrou na minúscula aldeia de El Mozote e assassinou sistematicamente quase todos os habitantes: centenas de homens, mulheres e crianças desarmados e que não opuseram resistência. Ironicamente, a coleta de informações militares era falha: El Mozote, ao que se revelou, não era nenhuma base guerrilheira. Na verdade, muitas famílias de El Mozote haviam recentemente se convertido para o protestantismo evangélico de orientação norte-americana e provavelmente apoiavam o governo de preferência aos guerrilheiros. El Mozote ilustra a horrenda e indiscriminada violência do anticomunismo militar na América Central. Compreensivelmente, os salvadorenhos deixaram seu país às dezenas e, depois, centenas de milhares, muitos rumo aos Estados Unidos.

Como a FMLN se recusava a participar de eleição, temerosa da “manipulação” fraudulenta, os anticomunistas invariavelmente ganhavam, garantindo a ajuda norte-americana ao governo eleito. À medida que a guerra se prolongava e as baixas aumentavam — quarenta, cinquenta, sessenta mil, a força eleitoral dos anticomunistas crescia. O país estava farto de guerra e, em 1990, a guerra estava em um impasse. O otimismo resoluto que sustentara a visão revolucionária agora diminuía dia após dia. A eleição nicaragüense de 1990 encerrou a revolução sandinista. Na Europa, começara o dramaticamente rápido desmoronamento do bloco soviético. Uma vitória da FMLN parecia mais distante do que nunca; e, ainda que obtida, ela não traria a paz, como mostrara a experiência nicaragüense. Desse modo, em 1992, a FMLN assinou um tratado de paz e

depôs as armas. Nesse ínterim, os insurgentes guatemaltecos também vinham perdendo o fôlego. Uma paz nascida da exaustão tomou conta da América Central.

(A Guerra Fria se encerrara. Mas na América Latina, ninguém ganhara; todos saíram perdendo). Por todo o hemisfério, o fervor revolucionário das décadas de 1950 e 1960 esfriara nas décadas de 1970 e 1980. Em uns poucos lugares, como o Uruguai, os movimentos guerrilheiros haviam levado ao colapso de governos democráticos. Em muitos outros, como o Brasil e o Chile, generais inspirados pela doutrina da segurança nacional haviam precipitado o terror. De qualquer forma, as esperanças radiantes de anular enfim o pecado original da injustiça social da América Latina se afogaram em sangue e desilusão. A América Latina fora totalmente militarizada, ocupada por suas próprias forças armadas. Durante a década de 1990, movimentos de guerrilha permaneceram ativos em alguns pontos — Colômbia, Peru, sul do México —, mas a sensação de uma onda revolucionária continental se evaporara totalmente. Como no resto do mundo, o fim da Guerra Fria marcou claramente o fim de uma época. Um novo período da história estava prestes a começar.

CONTRACORRENTES:

A Violência, Pablo Escobar e o Longo Tormento da Colômbia

A população da Colômbia ultrapassou a da Argentina na década de 1990, tornando-a o terceiro país mais populoso da América Latina, após Brasil e México. Apesar de seu tamanho e importância, a Colômbia não tem figurado com frequência em nossa história devido à sua política muitas vezes excepcional. Por exemplo, os conservadores, em vez dos liberais, governaram a Colômbia no período neocolonial. Durante os tempestuosos anos da Guerra Fria, os militares colombianos nunca assumiram diretamente o controle do país. Enquanto a dívida e a inflação assolavam a América Latina na década de 1980, a chamada Década Perdida para as esperanças de crescimento econômico, a economia da Colômbia permanecia robusta. E as tendências contrárias da Colômbia prosseguiram na virada do milênio. Não obstante o fim da Guerra Fria e o recuo dos revolucionários em todas as outras partes do hemisfério, os grupos guerrilheiros da Colômbia expandiram suas operações.

Um nível incomum de violência tem castigado a Colômbia desde a década de 1940, quando conflitos irromperam no interior colombiano após o assassinato de Jorge Eliécer Gaitán, o famoso líder populista. O período, denominado exatamente *La Violencia*, estendeu-se até a década de 1950. Embora canalizada pelos partidos tradicionais da Colômbia, os liberais e os conservadores, *La Violencia* teve menos a ver com a política do que com o conflito socioeconômico no interior. Pessoas amedrontadas afluíram às cidades, abandonando suas propriedades rurais ou vendendo-as barato. Outras permaneceram e compraram as terras a preço de banana. O uso da violência aumentou nos pequenos crimes de rua, que atingiram uma intensidade espantosa nas grandes cidades. As mulheres de classe média passaram a tirar seus brincos e os homens, seus relógios de pulso antes de pôr os pés no centro da cidade. No final da década de 1970, a taxa de mortes violentas na Colômbia começou a bater recordes mundiais para um país não em guerra.

Foi nesse contexto de desrespeito à lei que Pablo Escobar foi pioneiro de um novo negócio, contrabandeando maconha e, depois, cocaína para os Estados Unidos. Escobar criou um império mafioso e tornou-se uma figura poderosa do crime organizado, como Al Capone em um período anterior da história norte-americana. (Lembre-se de que o negócio mafioso

de Capone também girou em torno de uma droga ilegal, o álcool, no tempo da Lei Seca.) A versão de Escobar da Chicago de Capone foi a cidade colombiana de Medellín, e sua máfia tornou-se conhecida como o cartel de Medellín. O terrível flagelo do dinheiro fácil deu nova energia à violência desenfreada na vida colombiana. Consumidores norte-americanos de drogas ilegais podiam pagar somas vultosas pelo produto colombiano. A maconha cultivada na Colômbia, que dominou o comércio de drogas na década de 1970, era de melhor qualidade do que a maconha mexicana anteriormente consumida nos Estados Unidos. A cocaína, obtida das folhas de coca cultivadas no Peru e na Bolívia, refinadas na Colômbia e de lá exportadas, dominou o comércio de drogas na década de 1980. Era uma nova droga para os consumidores norte-americanos, disponibilizada pela primeira vez em grandes quantidades pela organização de Escobar. A grande riqueza dos traficantes de drogas resultou, como acontece com a riqueza em geral, em poder e influência.

Enquanto isso, a Colômbia sofria sua própria versão da Guerra Fria. Grupos de guerrilheiros rurais com raízes em *La Violencia* da década de 1950 (FARC e ELN) passaram a ser vistos, e a se ver, como revolucionários marxistas. Um ousado grupo de guerrilheiros urbanos ergueu a espada de Simón Bolívar, roubada de um museu, para simbolizar a nova revolução. Seu nome, O Movimento de Dezenove de Abril — resumidamente, M-19 — foi retirado da data em que “libertaram” a espada do Libertador. Como os Tupamaros no Uruguai, o M-19 colombiano lançou ataques espetaculares para impressionar a população. Em 1980, os guerrilheiros invadiram a embaixada da República Dominicana em Bogotá durante uma festa, quando estava cheia de diplomatas, inclusive o embaixador norte-americano, mantendo-os reféns por dois meses antes de escaparem para Cuba. Em 1985, o M-19 invadiu o prédio da Suprema Corte colombiana. O governo recusou-se a negociar e, após dez horas de ultimatos, um tanque entrou pelo portão da frente, seguido de tropas abrindo fogo. Noventa e cinco civis — entre eles, todos os juizes da Suprema Corte do país — morreram no fogo cruzado.

Depois as coisas pioraram ainda mais. Nas áreas rurais, a FARC e o ELN forçaram os proprietários rurais a pagar “impostos de guerra”, e estes começaram a criar suas próprias forças paramilitares para ajudar o exército a combater os guerrilheiros. A população rural viu-se em meio ao fogo cruzado. Se auxiliassem os guerrilheiros, arriscavam-se a morrer nas mãos dos paramilitares ou do exército. Mas os guerrilheiros podiam matar quem se recusasse a ajudá-los. Enquanto isso, os guerrilheiros e as máfias entraram em choque. Em Medellín, os inimigos de Escobar for-

maram um grupo próprio de vigilantes. Medellín tornou-se uma zona de guerra onde adolescentes eram recrutados como matadores de aluguel às centenas. Pressionados pela polícia e pelos tribunais colombianos, os traficantes de drogas escapavam do processo assassinando qualquer juiz disposto a assinar uma ordem de prisão contra eles.

Quando ameaçados de extradição para os Estados Unidos, Escobar e seus cúmplices reagiram com “narcoterrorismo”. Carros-bomba com toneladas de dinamite explodiam nas ruas de cidades colombianas e o cartel de Medellín resistiu coletivamente à prisão e extradição. Jornalistas e políticos que defendessem a extradição eram assassinados ou seqüestrados. Escobar e outros propuseram a rendição em troca da garantia de não-extradição. Em 1991, fechou-se, enfim, o acordo. Escobar se rendeu e passou para uma prisão especialmente construída perto de Medellín, ironicamente em um antigo centro de tratamento antidrogas. Embora detido, as condições relaxadas de sua prisão — onde ele gradualmente se cercou de mobília luxuosa de mau gosto, típica de mafiosos — permitiram que Escobar continuasse supervisionando seus negócios ilegais por controle remoto. Em um ano, ele havia fugido da prisão. Agora, apesar dos estimados US\$3 bilhões que havia amealhado, Escobar passou a levar uma existência miserável, permanentemente em fuga. Finalmente, em 1993, a polícia colombiana localizou Escobar, ao grampear o telefone de seu filho. Escobar ainda falava ao telefone quando a polícia chegou à sua porta. O criminoso mais famoso do mundo morreu de cuecas fugindo por um telhado de Medellín.

Enquanto isso, o comércio de drogas por ele iniciado tornara-se uma fonte de renda também para os guerrilheiros, e não apenas na Colômbia. No vizinho Peru, o Sendero Luminoso, um movimento guerrilheiro incomum com uma filosofia implacável e mística, exercia o controle sobre áreas remotas que exportavam toneladas de folhas de coca. Os problemas intrincados do norte andino ainda estavam longe de terminar.